

# Notas sobre o manifesto de Bresser-Pereira em favor de um pensamento heterodoxo dominante

*Ana Maria Bianchi\**

Impossível não concordar com o espírito que anima o artigo do Professor Bresser-Pereira, Por um pensamento econômico heterodoxo dominante: um manifesto acadêmico, em favor de uma teoria econômica “modesta e pragmática”. O pleito é mais do que justo, ainda mais à luz das lições da atual crise econômica mundial. Endosso plenamente as conclusões do artigo sobre o impacto que esse tipo de reflexão deve provocar na comunidade acadêmica dos economistas e, por extensão, na maneira de formar as futuras gerações.

Também concordo com Bresser quanto ao papel esperado do Estado na economia de hoje, bem diferente daquele defendido por um liberalismo tacanho, que toma mercados regulados como sinônimo de economias centralizadas. Assino embaixo de outras teses do texto, tais como a de que teorias devem funcionar como sistemas abertos, capazes de abrigar processos não ergódicos; o recurso à história como fonte de inspiração e fundamento para a construção teórica; o pragmatismo não vulgar, empenhado em construir modelos com poder explicativo e preditivo.

O tom opinativo que caracteriza o artigo foge ao estilo convencional de um trabalho acadêmico, havendo trechos em que o autor chega mais perto de uma fala do que propriamente de uma escrita. Bresser manifesta-se sobre um amplo leque de questões, verbalizando, sem meias palavras, seus acordos e desacordos. Não é por menos que o título contém a palavra “manifesto”, a evocar precedentes célebres, como o Manifesto Comunista de 1848, e o apelido que Albert Hirschman deu ao texto com o qual Raul Prebisch fez sua estreia na Cepal, o Manifesto Latino-Americano.

Isto posto, passo a expressar minhas discordâncias. No que se segue, conforme combinado, assumo a tarefa de apontar flancos que me parecem ter ficado desguarnecidos na argumentação de Bresser. Por viés de ofício, e porque o artigo faz uma crítica metodológica da teoria econômica, vou concentrar-me na dimensão metodológica das ideias expostas, em que o autor reproduz, contra um novo pano de fundo, reflexões anteriores (Bresser-Pereira, 2012 e 2009).

---

\*Universidade de São Paulo.

Bresser-Pereira é inovador na nomenclatura que adota, às vezes excessivamente, penso eu. Escolhi para questionar aqui três exemplos desse tipo: a classificação das ciências, o conteúdo da expressão “teoria econômica geral” e o método dos fatos históricos novos.

No primeiro item, Bresser afasta-se da terminologia corrente ao distinguir dois tipos de ciências: aquelas que ele qualifica como “metodológicas” e as que ele denomina “substantivas”. É uma classificação pouco usual. Por que não adotar a dicotomia de uso corrente, de ciências formais, de um lado, e ciências empíricas ou factuais, de outro? O autor terá lá suas razões, mas elas não ficam claras no texto. Ora, dá até para perceber o que ele pretende evocar com o adjetivo “substantivas” – designar ciências comprometidas com a representação do mundo real – mas o adjetivo “metodológicas” causa estranheza. Que conteúdo ele quer realçar com o termo? Seriam as ciências substantivas não metodológicas, por acaso?

Como se sabe, nas ciências empíricas a sustentação das hipóteses depende do confronto de suas explicações e previsões com a realidade. Já a fonte de validação das ciências formais é sua coerência, seja do ponto de vista de compatibilidade formal com o sistema abstrato mais abrangente do qual fazem parte, seja coerência interna, no sentido de validade lógica dos argumentos. O fundamento dessa distinção, que é explicitado no texto de Bresser-Pereira, poderia ficar preservado com a adoção dessa terminologia mais clássica.

Ainda um segundo aspecto da classificação das ciências, que merece comentário, é a inclusão da econometria no conjunto das ciências metodológicas ou formais. Bresser-Pereira faz a mesma coisa em relação àquilo que chama de “teoria da tomada de decisões econômicas”.

Como se sabe, a econometria originou-se precisamente da preocupação com a contrapartida empírica da teoria econômica. Desde suas primeiras manifestações, na primeira metade do século XX, ela buscou estabelecer uma ponte entre a construção dessa teoria e o manuseio das fontes de dados estatísticos disponíveis sobre o funcionamento da economia (Morgan, 1990). Seu compromisso de berço foi medir a capacidade que hipóteses dedutivamente formuladas têm de representar o mundo real, o que mostra que sempre esteve imbuída do espírito aristotélico de busca da verdade. O fato de que seu desenvolvimento histórico a possa ter levado a negligenciar esse papel e, aqui e ali, transformar-se em uma espécie de “playométrica”, não me parece suficiente para justificar sua inclusão no grupo de ciências formais. Nesse aspecto, a econometria é bem diferente da matemática, cuja validação se dá em plano puramente lógico.

Um argumento semelhante é cabível quanto à “teoria da tomada de decisões econômicas” que, na visão de Bresser-Pereira, incluiria a microeconomia neoclássica de Marshall. Diz o autor que ela seria uma ciência metodológica, por não pretender explicar como as coisas são, mas simplesmente servir como instrumento de pensamento. Sua tendência seria desmembrar-se da macroeconomia, que seguiria o método histórico-dedutivo.

Duas questões podem ser introduzidas aqui. Primeiro, o fato de uma construção teórica partir de um modelo abstrato, simplificador da realidade, não é um problema em si mesmo, desde que seja usada como referencial externo com o qual a realidade será confrontada. Os tipos ideais de Max Weber cumprem esse papel. Segundo, é de se perguntar se a economia comportamental faria parte do grupo da teoria da tomada de decisões econômicas. Se sim, sua definição como ciência formal seria incorreta, pois ela tem o mérito, que Bresser-Pereira reconhece, de olhar para as escolhas do homem real, que não coincidem com as do *homo economicus*, embora possam ser com elas confrontadas.

Também não fica muito claro no texto o conteúdo da teoria econômica geral, que Bresser-Pereira distingue da teoria neoclássica. Diz ele que essa expressão corresponde à “soma de conhecimentos compartilhados pela comunidade dos economistas sobre como funcionam os sistemas econômicos, independentemente da escola de pensamento”. Fica a dúvida sobre se esse conteúdo seria produto de um processo de superação positiva, cujas descobertas seriam paulatinamente cristalizadas em um sistema teórico mais enxuto. Quem definiria na prática as proposições que integram esse sistema teórico, e será que seria definida de forma idêntica pelas várias correntes de pensamento?

Outra expressão curiosa no texto é o tal do “método dos fatos históricos novos”. É difícil saber exatamente o que Bresser-Pereira quer dizer com isso. Seu exemplo de fato histórico novo é a inflação inercial. Ora, em que pese a importância da descoberta de nossos compatriotas, tão significativa na análise da inflação brasileira recente, não se segue que seja um fato histórico novo. Em primeiro lugar, porque pode ter feito parte de outros episódios de aceleração inflacionária na história, sem que tenha sido batizado com esse rótulo na literatura. Principalmente, porém, porque fatos não são métodos; estão na base de teorias que adotam determinado método, mas não são métodos. Nesse ponto, sugiro considerar a possibilidade de adotar a nomenclatura de Thomas Kuhn: o componente inercial da inflação pode ser caracterizado como uma anomalia que a abordagem monetarista não conseguiu enxergar, muito menos explicar e combater.

Deixo agora de lado as questões de terminologia, mais técnicas, para aventurar-me na discussão de grandes temas. Um deles é a crítica feita por Bresser-Pereira à matemática sofisticada empregada pelos economistas neoclássicos. É certo que a economia não é um ramo da matemática, e que é um grande erro defender sua exclusividade como linguagem (Bianchi 1996). Por outro lado, porém, parece injusto atribuir à matemática a irrelevância de certas elucubrações teóricas em que se aventuraram parte dos economistas contemporâneos. Como diz a sabedoria popular, culpar as ferramentas é coisa de mau carpinteiro. Ferramentas não podem ser responsabilizadas pela precariedade de teorias e suas aplicações, assim como, no outro extremo, boas ferramentas são incapazes de fabricar aquilo que Bresser-Pereira chama de economistas competentes, seja lá como se defina isso.

O texto de Bresser-Pereira chama a atenção para a eficiência retórica da matemática e da formalização. Seria o caso de investigar mais a fundo por que razão isso ocorre, por que pessoas intelectualmente preparadas são seduzidas por esse tipo de linguagem e confiam na sua capacidade de retratar e de agir sobre o mundo. Estariam todas sendo vítimas de uma armação maquiavélica, um engodo fenomenal?

Ora, Bresser-Pereira também admite que a matemática é importante ferramenta de desenvolvimento intelectual. Seu nível de sofisticação não pode ser medido em termos absolutos, e é difícil precisá-lo, pois é diferente em cada período da história da matemática e do pensamento econômico. Economistas mais velhos, com menor treinamento matemático, podem encontrar barreiras à entrada nos lugares onde predominam gerações mais jovens, mas este não me parece ser o principal problema, desde que o espaço de atuação dos primeiros, na academia e na política, seja garantido. De toda a forma, a matemática é notável como instrumento de raciocínio, e assim tem sido desde a antiguidade, quando os pitagóricos associaram os sons a uma escala musical.

Quando Marshall aconselhou os economistas a queimarem a matemática, o público-alvo que tinha em mente incluía um segmento letrado de não economistas. Era, portanto, mais amplo do que o de hoje, quando os economistas escrevem principalmente para seus pares, familiarizados com essa linguagem (Krugman, 2008). Além disso, fazia sentido queimar a matemática porque ela estava associada ao reducionismo da mecânica tradicional, que Marshall tanto criticava (Weintraub, 2002: 39).

Hoje, o que se precisa é de uma matemática tão sofisticada quanto possível no exercício do papel que dela se espera como instrumento de raciocínio. No mais, não se pode tomá-la como uma panaceia, como a única língua que os

economistas devem falar e podem compreender, ou mesmo como garantia de qualidade da teoria. Nisso estou de inteiro acordo com Bresser-Pereira.

Já não digo o mesmo sobre a opinião de Bresser-Pereira acerca da hegemonia da abordagem (“núcleo”) neoclássica na economia, ponto em que estou mais próxima da visão de Colander e seus colaboradores (2004). Para os autores, o mainstream é hoje um conjunto heterogêneo e mutável, muito mais difuso e plural do que a acepção assumida pelo termo “teoria neoclássica”. Esta é melhor caracterizada como uma categoria intelectual, um rótulo que tem cabimento para designar o conhecimento acumulado no passado, mas impreciso quando se trata do estado atual das artes.

Certo, também não compartilho o otimismo de Colander e coautores quanto aos futuros rumos da economia, e quanto à extensão da metamorfose sofrida pela teoria neoclássica (Fernández, 2012). Parece razoável considerar que existem ciclos na história do pensamento econômico, traduzidos em uma alternância de períodos de hegemonia ortodoxa com períodos de maior pluralismo de abordagens. Mas acho difícil precisar em quanto tempo o relativo pluralismo da situação atual persistirá antes de ser substituído por uma nova ortodoxia, qualquer que seja sua natureza (Davis, 2008).

Como Bresser-Pereira, também vejo um risco real de que os novos programas de pesquisa tenham sido ou estejam sendo cooptados pela ortodoxia como, por exemplo, a economia comportamental e o institucionalismo. Mas esses programas erguem-se sobre pressupostos definitivamente diferentes daqueles que caracterizam a ortodoxia tradicional. As premissas em que se assentam afastam-se da santíssima trindade do equilíbrio de mercado, da racionalidade e do egoísmo. Tem assim capacidade de diálogo com a heterodoxia, bem como chance de sobrevivência na revolução científica preconizada por Bresser-Pereira.

Voltarei oportunamente a esse assunto, mas antes quero tratar do método hipotético-dedutivo, outro vilão do texto de Bresser-Pereira. O autor desfere sua crítica “correta e definitiva” a esse método, empregado pelo núcleo neoclássico. O emprego do método hipotético-dedutivo seria responsável pela irrelevância dos resultados produzidos por este. Na visão de Bresser-Pereira, o método em questão não tem compromisso com a realidade, filiando-se a uma concepção platônica de verdade.

Acho que a crítica vai longe demais. O método axiomático, ou hipotético-dedutivo, consiste em extrair conclusões lógicas a partir de certos supostos gerais sobre o funcionamento do mundo; no caso da ciência econômica, supostos sobre o funcionamento da economia e sobre as escolhas humanas. É certo que, diferen-

temente do indutivismo, contra o qual se insurgiu, este método não assume que a origem do conhecimento resida na experiência. Mas embora as bases axiomáticas do sistema teórico sejam as mais variadas, e possam provir de crenças e mitos, podem também despontar na mente do cientista graças a sua observação do mundo real, que lhe sugere uma hipótese explicativa interessante. A meta da pesquisa científica é formular logicamente essas conjecturas e testar seu valor explicativo (Bêni e Fernandez, 2012: 49-51). Além disso, o próprio estatuto de crenças e mitos pode ser questionado. Seriam eles meras criações da mente humana? Ou, por caminhos não cartesianos teriam algum lastro na realidade, que podem ajudar a compreender e explicar?

O próprio Bresser-Pereira nota que, embora Mill tenha elegido o método hipotético-dedutivo como método da Economia, em sua prática como economista adotou uma combinação do mesmo com os conhecimentos adquiridos indutivamente, por introspecção, pela observação da história, observação assistemática, incorporação das contribuições de outras ciências etc. (ver também Mattos, 1999).

Mais uma vez, não se deve culpar as ferramentas por um produto final tosco. O fato de a Economia apoiar-se no método histórico-dedutivo não parece ser, de per si, um grande empecilho para o desenvolvimento de uma teoria adequada. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer, como admite, aliás, Bresser-Pereira, que o caminho indutivo também tem suas armadilhas de raciocínios falaciosos e generalizações apressadas.

Sem dúvida, teorias econômicas são construídas para explicar comportamentos, prevê-los e orientar políticas. Mas a delicada questão da passagem do plano mais abstrato, o da teoria, para a prática, não se resolve simplesmente porque se abandona o método “errado” e se opta pelo “certo”. Mesmo porque essa escolha não é tão simples assim.

Para concluir, volto ao título do artigo, com o propósito de destacar duas questões. A primeira delas refere-se à síntese pretendida entre o velho institucionalismo, o estruturalismo desenvolvimentista e o keynesianismo. Esta é a utopia de Bresser-Pereira, que visualiza a possibilidade de convergência de sistemas teóricos distintos, ao qualificar “uma teoria econômica keynesiano-estruturalista que é institucionalista”.

Infelizmente, talvez, os adeptos dessas correntes não parecem ter a mesma disposição de congraçamento. Está certo que elas têm certos denominadores comuns, e que o economista prático pode e deve recorrer a esse amplo arsenal para orientar suas recomendações de política. Ele deve tomar partido da multiplicidade de alternativas teóricas disponíveis, como argumenta Bresser-Pereira, da mesma

forma que deve recorrer à história, à hermenêutica e quem sabe também à dialética, esta última como meio de enxergar uma realidade em permanente mutação.

Mas a unificação teórica preconizada pelo autor parece altamente improvável, não só por dificuldades inerentes à teoria, mas também quando se consideram os elementos sociológicos da formação de correntes dentro das comunidades científicas. Tais grupos não têm dado muitas demonstrações históricas de disposição para esquecer as diferenças e unir suas forças contra o inimigo comum, mesmo porque nem sempre o definem da mesma forma.

A segunda questão desses comentários finais diz respeito à defesa de um “pensamento econômico heterodoxo dominante”. Ora, essa proposta soa como uma contradição em termos. Se a heterodoxia se define justamente pela dissidência, se sua vocação é desafiar a visão estabelecida, é difícil imaginar a hipótese de se tornar dominante. Na ciência, tal como na arte ou na religião, heterodoxos identificam-se como oposição e alimentam-se intelectualmente de seu lugar à margem da corrente principal. Em períodos de maior pluralismo, eles poderão manter seu diálogo com a abordagem hegemônica, com a qual terão certo nível de entendimento. Porém, dada a estrutura hierarquizada das comunidades científicas e, uma vez estabelecida a hegemonia de uma corrente de pensamento, ela deixará de ser heterodoxa, por definição.

O termo heterodoxia tem sido usado como guarda-chuva de uma vasta gama de escolas, abordagens e tradições econômicas, cuja compatibilidade com a vertente neoclássica é variável, como admite Bresser-Pereira. Ainda que se concretize a utopia da unificação entre estruturalismo, keynesianismo e institucionalismo, uma vez alçados à condição de teoria hegemônica, essas correntes perderão seu caráter heterodoxo. Pregar o pluralismo, como também faz Bresser-Pereira, não implica preconizar essa virada, mas defender tolerância em relação a visões divergentes. É esse o ideal que fundamenta a liberdade de pesquisa e pensamento, bem como a capacidade dos economistas de influir positivamente no funcionamento da economia, em contextos historicamente definidos.

Para concluir, por mais fundo que tenham calado as lições da crise econômica de 2008, acho difícil adivinhar o que o futuro nos reserva. Não compartilho o otimismo de Bresser-Pereira quando a mudanças radicais nos rumos da economia, seja como disciplina acadêmica, seja como suporte de políticas econômicas. Pelo menos elas não serão o resultado de qualquer voluntarismo. Mas fico na torcida para que o atual pluralismo de abordagens persista por um longo tempo.

## Referências

BÊRNI, D. A.; Fernandez, B. P. M.(orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2012.

BIANCHI, Ana Maria. Comentários críticos sobre o processo de matematização da economia. Encontro Nacional da Sociedade de Economia Política. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The two methods and the hardcore of economics. *Journal of Post-Keynesian Economics*. 31 (3): 493-522, 2009. Também publicado na *Revista de Economia Política*. 29 (2): 163-190, 2009.

\_\_\_\_\_. Why economics should be a modest and reasonable science. *Journal of Economic Issues*. 46 (2): 291-301, 2012.

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER, Barkley. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*. 16 (4): 485-499, 2004.

DAVIS, John. The turn in recent economics and return of orthodoxy. *Cambridge: Journal of Economics*. 32: 349-366, 2008.

FERNÁNDEZ, Ramón G. A metodologia como argumento a favor de uma economia pluralista. In: DUARTE, P. G.; SILBER, S. D.; GUILHOTO, J. J. M. (orgs). *O Brasil e a ciência econômica em debate*. São Paulo: Saraiva, 2012. v.2.

MATTOS, Laura Valladão de. A economia política como ciência autônoma: um estudo sobre as contribuições metodológicas de J. S. Mill. *Revista de Economia Política*. 19 (4): 156-173, 1999.

MORGAN, Mary. *The history of econometric ideas*. Cambridge University Press, 1990.

WEINTRAUB, Roy. *How economics became a mathematical science*. Duke University Press, 2002.